Manuais

- MANUAL - 001 - Artigo da CGU - Detectando Conluio.
- MANUAL - 002 - Rescisão contratual por interesse público.
- MANUAL - 003 - Aspectos gerais da Lei Anticorrupção e Juízo de Admissibilidade.
- MANUAL - 004 - Guia de identificação e quantificação da vantagem auferida.
- MANUAL - 005 - Sanções Administrativas - Diretrizes para formulação de procedimento administrativo específico.
- MANUAL - 006 - Corrupção e transparência: estudos multidimensionais sobre controle e accountability.

MANUAL - 001 - Artigo da CGU - Detectando Conluio.

Ementa:

Licitações públicas. Detecção de conluio por meio de “red flags” e análise de dados. Uso de indicadores comportamentais e estatísticos para identificar fraudes à competitividade e subsidiar a atuação de órgãos de controle.

Descrição:

O documento analisa métodos técnicos para identificar conluio em contratações públicas, destacando sinais de alerta como padrões incomuns em propostas, rodízio de vencedores e vínculos ocultos entre licitantes. Apresenta o uso de ferramentas de análise de dados para cruzamento de informações societárias e operacionais e também enfatiza a importância da atuação coordenada entre órgãos de controle e defesa da concorrência, propondo diretrizes práticas para prevenção e investigação de fraudes em licitações.

Links úteis: **MANUAL - 001 - Artigo da CGU - Detectando Conluio.**

MANUAL - 002 – Rescisão contratual por interesse público.

Ementa:

Contrato administrativo. Rescisão unilateral por interesse público. Possibilidade de rompimento diante de envolvimento em investigações de corrupção. Independe de condenação judicial.

Descrição:

O artigo analisa a possibilidade de rescisão unilateral de contratos administrativos com base no interesse público, especialmente quando há envolvimento da contratada em investigações de corrupção com ampla repercussão. Fundamenta-se nos princípios da moralidade administrativa, da proteção à confiança e da supremacia do interesse público, destacando que a medida possui natureza não punitiva. Assim, sua adoção é compatível com a presunção de inocência, desde que devidamente motivada e respaldada no art. 78, XII, da Lei nº 8.666/93.

Links úteis: **MANUAL -002 - Rescisão contratual por interesse público**

MANUAL - 003 - Aspectos gerais da Lei Anticorrupção e Juízo de Admissibilidade.

Ementa:

Lei Anticorrupção. Processo Administrativo de Responsabilização (PAR). Roteiro prático desde o juízo de admissibilidade até a dosimetria da multa, com critérios para responsabilização objetiva de pessoas jurídicas.

Descrição:

O material apresenta diretrizes práticas para a condução do PAR, abordando desde a análise inicial de admissibilidade até a instrução processual e a aplicação de sanções. Destaca a tipificação dos atos lesivos, o rito procedimental e a metodologia de cálculo de multas, com fatores agravantes e atenuantes. Também contempla noções sobre acordos de leniência e a importância da padronização na atuação das corregedorias.

Links úteis: **MANUAL - 003 - Aspectos gerais da Lei Anticorrupção e Juízo de Admissibilidade**

MANUAL - 004 - Guia de identificação e quantificação da vantagem auferida.

Ementa:

Lei Anticorrupção. Vantagem auferida. Metodologias para identificação e quantificação do proveito econômico ilícito, com critérios de dedução, uso de indicadores e distinção entre ressarcimento e sanção.

Descrição:

O guia sistematiza critérios para mensurar a vantagem econômica obtida por pessoas jurídicas em atos lesivos, com foco no cálculo em contratos administrativos e na utilização de proxies quando faltam dados precisos. Define limites para dedução de custos, afasta a relevância de prejuízos contábeis em certos casos e distingue o ressarcimento ao erário do perdimento da vantagem, evitando dupla contagem. Também orienta a atualização monetária e o uso desses parâmetros na dosimetria de multas.

Links úteis: **MANUAL - 004 - Guia de identificação e quantificação da vantagem auferida**

MANUAL - 005 - Sanções Administrativas - Diretrizes para formulação de procedimento administrativo específico.

Ementa:

Sanções administrativas em licitações e contratos. Procedimento sancionador e garantias do devido processo legal. Necessidade de contraditório, ampla defesa, proporcionalidade e segregação de funções.

Descrição:

O manual orienta a aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, estruturando o processo em fases que vão da apuração inicial ao julgamento e recurso. Destaca a obrigatoriedade do devido processo legal, com garantia de defesa prévia, e define critérios de dosimetria baseados na gravidade da infração e no prejuízo causado. Também aborda aspectos como prescrição e a importância da segregação de funções para assegurar a imparcialidade.

Links úteis: **MANUAL - 005 - Sanções Administrativas - Diretrizes para formulação de procedimento administrativo específico**

MANUAL - 006 - Corrupção e transparência: estudos multidimensionais sobre controle e accountability.

Ementa:

Corrupção, transparência e controle público. Abordagem multidimensional envolvendo nepotismo, cultura burocrática e acesso à informação. Ênfase na transparência e na accountability como pilares da Administração Pública.

Descrição:

A obra reúne estudos que analisam a corrupção sob perspectivas histórica, sociológica e institucional, abordando temas como nepotismo, percepções na burocracia e evolução dos mecanismos de controle, especialmente no setor público. Destaca o papel da transparência — ativa e passiva — e do acesso à informação como instrumentos essenciais para o fortalecimento da *accountability* e da probidade administrativa.

Links úteis: **MANUAL - 006 - Corrupção e transparência: estudos multidimensionais sobre controle e accountability**